

Instituto Dara

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores do
Instituto Dara
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Instituto Dara (“Associação”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Instituto Dara em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O-4 F-RJ


Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Instituto Dara

Balancos Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.703	2.898	3.705	2.904
Títulos e Valores Mobiliários	4	14.457	11.459	14.456	11.464
Adiantamentos		47	16	47	16
Tributos a recuperar		84	6	84	6
Despesas Antecipadas		11	1	11	1
Total do ativo circulante		<u>18.302</u>	<u>14.380</u>	<u>18.303</u>	<u>14.391</u>
Ativo Não circulante					
Depósito Judicial		972	564	972	564
Títulos e Valores Mobiliários Imobilizado	4	1.110	4.111	1.110	4.111
Intangível	6	2	6	2	6
Total do ativo não circulante		<u>8.933</u>	<u>11.481</u>	<u>8.933</u>	<u>11.481</u>
Total do ativo		<u>27.235</u>	<u>25.861</u>	<u>27.236</u>	<u>25.872</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores		141	77	142	88
Encargos Sociais e Trabalhistas	7	860	349	860	349
Obrigações Fiscais	8	283	356	283	356
Provisões Trabalhistas		190	114	190	114
Obrigações com projetos incentivados	9	47	101	47	101
Total do passivo circulante		<u>1.521</u>	<u>997</u>	<u>1.522</u>	<u>1.008</u>
Patrimônio líquido	11				
Patrimônio Social		24.864	21.906	24.864	21.906
Superávit acumulado		850	2.958	850	2.958
Total do patrimônio líquido		<u>25.714</u>	<u>24.864</u>	<u>25.714</u>	<u>24.864</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>27.235</u>	<u>25.861</u>	<u>27.236</u>	<u>25.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Dara

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receitas operacionais	12				
Receitas assistenciais		6.158	7.819	6.158	7.819
Vendas de mercadorias		-	88	-	88
Outras receitas		368	206	368	206
		<u>6.526</u>	<u>8.113</u>	<u>6.526</u>	<u>8.113</u>
Custos					
Custos assistenciais	13	(4.332)	(4.234)	(4.332)	(4.234)
Custos de transformação	13	-	(306)	-	(306)
Custos das vendas		-	(72)	-	(72)
		<u>(4.332)</u>	<u>(4.612)</u>	<u>(4.332)</u>	<u>(4.612)</u>
Superávit bruto		<u>2.194</u>	<u>3.501</u>	<u>2.194</u>	<u>3.501</u>
Despesas gerais e administrativas	14	(979)	(1.298)	(979)	(1.298)
Serviços prestados	14	<u>(489)</u>	<u>(423)</u>	<u>(489)</u>	<u>(423)</u>
Superávit operacional		<u>726</u>	<u>1.780</u>	<u>726</u>	<u>1.780</u>
Receitas financeiras	15	979	2.599	979	2.683
Despesas financeiras	15	<u>(855)</u>	<u>(1.421)</u>	<u>(855)</u>	<u>(1.505)</u>
Superávit do exercício		<u>850</u>	<u>2.958</u>	<u>850</u>	<u>2.958</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Dara

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Superávit do exercício	<u>850</u>	<u>2.958</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>850</u>	<u>2.958</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Instituto Dara

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		20.329	1.577	21.906
Incorporação do superávit acumulado		1.577	(1.577)	-
Superávit do exercício	11	<u>-</u>	<u>2.958</u>	<u>2.958</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>21.906</u>	<u>2.958</u>	<u>24.864</u>
Incorporação do superávit acumulado	11	2.958	(2.958)	-
Superávit do exercício	11	<u>-</u>	<u>850</u>	<u>850</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u><u>24.864</u></u>	<u><u>850</u></u>	<u><u>25.714</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Dara

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades sociais				
Superávit do exercício	850	2.958	850	2.958
Provisões	587	-	587	-
Resultado financeiro não realizado	(125)	(1.178)	(125)	(1.178)
Depreciação e amortização	229	399	229	399
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos				
Estoques	-	66	-	66
Contas a receber	-	59	-	59
Adiantamentos	(31)	6	(31)	6
Despesas antecipadas	(9)	(2)	(9)	(2)
Tributos a recuperar	(78)	-	(78)	-
Depósitos judiciais	(409)	(365)	(409)	(365)
Fornecedores	64	(7)	54	(4)
Obrigações fiscais	(73)	339	(73)	339
Provisão trabalhista e encargos sociais	-	(197)	-	(197)
Obrigações com projetos incentivados	(54)	101	(54)	101
Caixa líquido gerado atividades operacionais	<u>951</u>	<u>2.179</u>	<u>941</u>	<u>2.182</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	665	-	665
Aquisição de imobilizado e intangível	(274)	(32)	(274)	(32)
Rendimento de aplicações financeiras	128	-	134	-
Caixa líquido gerado (consumido) atividades de investimento	<u>(146)</u>	<u>633</u>	<u>(140)</u>	<u>633</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Rendimento de aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Caixa (consumido) atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>805</u>	<u>2.803</u>	<u>801</u>	<u>2.806</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.898</u>	<u>95</u>	<u>2.904</u>	<u>98</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>3.703</u></u>	<u><u>2.898</u></u>	<u><u>3.705</u></u>	<u><u>2.904</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

O Instituto Dara ("Associação") é uma sociedade civil de caráter filantrópico, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no Rio de Janeiro - RJ, constituída em 25 de outubro de 1991, para exercer atividades de assistência social e de promoção humana, oferecer apoio a crianças carentes do Hospital da Lagoa, Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, Hemorio, bem como às famílias, durante o período de internação e, principalmente, após a alta hospitalar. Esse apoio se dá quando constatada carência socioeconômica das famílias, as quais são encaminhadas à Associação por meio de carta de apresentação de comissão multidisciplinar de triagem no Hospital da Lagoa.

A Associação se mantém por meio de doações espontâneas e outras efetuadas por seus sócios, que podem ser em dinheiro, itens como alimentos, remédios e roupas e prestação de serviços, entre outras. Com o intuito de melhor atender as famílias, a Associação implantou diversos projetos sociais, como Aconchego, Semente, Conectados, ManaMano e Cuidados Integrals com Mães e Filhos na Primeira Infância.

Para a realização de seus objetivos, o Instituto Dara organiza-se em torno das seguintes áreas:

- Assistência Social - doação de alimentos, remédios, aparelhos médicos, entre outros, além de acompanhamento gratuito para as famílias por parte de psicólogos, psiquiatras, nutricionistas e assistentes sociais e encaminhamentos para unidades de saúde.
- Cidadania - Ajuda para obtenção de documentos e orientação social e jurídica, a fim de garantir à família o acesso aos direitos básicos de cidadania.
- Moradia - Assegurar que a casa da família tenha as mínimas condições de moradia, como água corrente, esgoto tratado, paredes e teto sem infiltrações, enfim, proporcionar um ambiente saudável em que a criança possa recuperar e manter sua saúde.
- Educação - Conscientização da família sobre a importância da educação para o futuro das crianças e dos pais, com acompanhamento da vida escolar da criança e suporte nas áreas em que for detectada necessidade.
- Geração de Renda - Cursos profissionalizantes de acordo com os interesses e habilidades dos responsáveis pela família visando a gerar o auto sustento e independência da família.

Imunidade/Isenção Fiscal

O Instituto Dara está isento da tributação de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a Lei nº 9.532/97, que estabelece no seu art.12, que a Associação deverá reunir as seguintes, cumulativamente, para fazer jus a essa isenção:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3o e 16 da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- (e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como emergência de saúde global, pois o vírus disseminava-se rapidamente de maneira inesperada e superando as fronteiras dos países asiáticos, já em fevereiro o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso no Brasil, levando a adoção do estado de Calamidade Pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, acarretando impactos em todas as atividades econômicas.

Desde o princípio da pandemia desenvolvemos uma nova forma de trabalhar, porém sem renunciar à integralidade de nossas ações.

Racionalizamos o fluxo de pessoas em nossa sede, adotando mutirões de distribuição de insumos em quantidade suficiente para três meses de duração, reduzindo o risco de transmissão da doença as famílias, funcionários e voluntários.

Em 2021, o setor administrativo adotou sistema de rodízio para acessar a sede quando necessário, voltando ao sistema presencial no mês de setembro, junto com a volta do atendimento ao público.

E, logo em seguida, implementamos os seguintes protocolos:

- Protocolo de Atendimento as Famílias - os atendimentos sociais, nutricionais, psicológicos, educacionais e jurídicos passaram a ocorrer por vídeo chamada, telefone celular e aplicativos de mensagens.

Acrescentamos aos itens distribuídos habitualmente um voucher de limpeza e as orientações de prevenção.

- Protocolo de Operação, para garantir a saúde dos funcionários e voluntários - adequamos as atividades e determinamos o trabalho Home Office nas áreas de captação, comunicação, conhecimento e financeiro.
- Protocolo de Liquidez Financeira - postergamos a segunda fase da construção do centro de excelência, encerramos as atividades da área de produtos (Anzol) que apresentava déficit nos últimos três anos e realizamos o diferimento dos tributos com observância nas normas governamentais, todas ações com o objetivo de proteger o caixa e focar na atividade preponderante.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros, de 21 de setembro de 2012.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto Dara no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Instituto Dara para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de julho de 2022.

2.2 Consolidação

A Associação possui um fundo exclusivo e, desta forma, apresentou demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a consolidação deste fundo. A Associação não tem entidades controladas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com baixa exposição a riscos de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Instituto Dara classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e são representados pelo Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras, líquida" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras, líquida", quando é estabelecido o direito da Associação de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Associação estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Associação.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Associação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado da Associação.

2.5.4 Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020.

2.6 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação é calculada com base no método linear com base nas vidas úteis estimadas dos ativos.

2.7 Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados, sendo o mesmo critério aplicado para os softwares desenvolvidos sob encomenda para a Associação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.9 Obrigações com projetos incentivados

Os aportes aos projetos da Associação realizados pelos patrocinadores (convênios) são registrados nas contas de passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto a cada final de mês, tendo como contrapartida a conta de receita de projetos patrocinados. Tal política é aplicada uma vez que a Administração da Associação tem a obrigação contratual de atendimento de regras na utilização das doações bem como a obrigação de prestação de contas, as quais são analisadas e submetidas à aprovação dos patrocinadores.

Desta forma, as despesas e custos incorridos nos projetos dos patrocinadores, administrados pela Associação, são reconhecidos na mesma proporção das receitas de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício da Associação.

2.10 Apuração do superávit do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos educacionais que a Associação desenvolve.

A Associação reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir.

a. Doações e convênios vinculados

As doações recebidas vinculadas a projetos são registradas, pelo seu recebimento, no passivo (Receita Diferida) sendo apropriadas ao resultado em bases mensais e lineares à medida que os recursos são aplicados de acordo com as regras estipuladas pelo doador/patrocinador.

b. Receita de venda de mercadoria

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiro pelo valor bruto dos produtos deduzido os descontos incondicionais e as devoluções. A rubrica é originária do projeto Anzol, um projeto que nasceu como auxiliar do projeto Aconchego, visando o empoderamento das famílias capacitadas na área de costura.

c. Receita financeira

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

d. Gratuidades

A Interpretação - ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determina a mensuração e reconhecimento contábil dos benefícios concedidos como gratuidades como: mão de obra voluntária.

- (i) O valor da mão de obra voluntária é mensurado pela Administração da Associação com base em valores disponíveis no mercado e praticados pela Associação em serviços similares. O valor apurado no exercício de 2021 foi de R\$358 (R\$588 em 2020).

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2021, como receita e despesa/custo na demonstração do superávit, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício

2.11 Impostos e contribuições

A Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa Integração Social (PIS)

Listamos abaixo os impostos e contribuições e as respectivas alíquotas, para os quais a Associação possui isenção:

- ISS (2% sobre o montante das Receitas de serviços sem restrição);
- PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre as receitas operacionais sem restrição; e
- IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício).

2.12 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com o método indireto.

2.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (i) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- (ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (iii) Outras normas;

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26)
- Definição de estimativas contábeis (alteração ao CPC 23)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	4	29	4	35
Bancos	140	165	142	165
Aplicações Financeiras	3.559	2.704	3.559	2.704
	<u>3.703</u>	<u>2.898</u>	<u>3.705</u>	<u>2.904</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Associação possui aplicações financeiras em fundos de investimento renda fixa que remunera com base na Selic e Certificados de Depósito Bancários (CDB) a 100% do DI.

4 Títulos e valores mobiliários

	Controladora	
	2021	2020
Saúde Criança FIM		
Patrimônio do Fundo	15.567	15.570
	<u>15.567</u>	<u>15.570</u>
Curto Prazo	14.457	11.459
Longo Prazo	1.110	4.111
	Consolidado	
	2021	2020
Saúde Criança FIM		
Operações compromissadas	-	430
Cotas de Fundo de Investimento	14.456	11.034
Títulos Públicos	1.110	4.111
	<u>15.566</u>	<u>15.575</u>
Curto Prazo	14.456	11.464
Longo Prazo	1.110	4.111

O Saúde Criança Fundo de Investimento Multimercado (FIM) é um investimento exclusivo da Associação e faz parte do projeto "Renascença para Sempre", que tem por objetivo fortalecer, por meio de uma política de longo prazo, a sustentabilidade patrimonial da Associação, assegurando uma estabilidade financeira mínima necessária a um bom desempenho institucional sem depender do inconstante das doações. A carteira do fundo possui produtos com prazos de resgate distintos, e a liquidez condicionada a disponibilidade de caixa.

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Prazo de Liquidez				
Imediata	14.456	92,87	1.369	8,79
De 1 a 30 dias	-	-	6.913	44,39
De 31 a 60 dias	-	-	3.182	20,43
Acima de 90 dias	1.110	7,13	4.111	26,39
	<u>15.566</u>	<u>100,00</u>	<u>15.575</u>	<u>100,00</u>

5 Imobilizado

Controladora e Consolidado				
2021				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações (*)	2,52%	8.344	(1.916)	6.428
Instalações	10%	226	(169)	57
Máquinas e equipamentos	10%	98	(78)	20
Móveis e Utensílios	10%	70	(66)	4
Veículos	20%	44	(20)	24
Equipamento de informática	20%	265	(223)	42
Equipamentos de comunicação	20%	15	(15)	-
Imobilizado em andamento	-	274	-	274
		<u>9.336</u>	<u>(2.486)</u>	<u>6.849</u>

Movimentações

Controladora e Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	2020	Aquisições	Depreciações	2021
Edificações (*)	2,52%	6.596	-	(168)	6.428
Instalações	10%	79	-	(22)	57
Máquinas e equipamentos	10%	23	-	(3)	20
Móveis e Utensílios	10%	6	-	(2)	4
Veículos	20%	32	-	(8)	24
Equipamento de informática	20%	62	-	(20)	42
Equipamentos de comunicação	20%	2	-	(2)	-
Imobilizado em andamento	-	-	274	-	274
		<u>6.800</u>	<u>274</u>	<u>(225)</u>	<u>6.849</u>

(*) Em 2021, a Administração reavaliou a vida útil conforme CPC 27 (Ativo Imobilizado), ICPC 10, resultando na mudança da taxa de depreciação anual de 4% para 2,52%, seguindo o método linear.

Controladora e Consolidado				
2020				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	4%	8.344	(1.748)	6.596
Instalações	10%	226	(147)	79
Máquinas e equipamentos	10%	98	(75)	23
Móveis e utensílios	10%	70	(64)	6
Veículos	20%	44	(12)	32
Equipamentos de informática	20%	265	(203)	62
Equipamentos de comunicação	20%	15	(13)	2
		9.062	(2.262)	6.800

Movimentações

Controladora e Consolidado					
	Taxa anual de depreciação	2019	Aquisições	Depreciação	2020
Edificações	4%	6.931	-	(335)	6.596
Instalações	10%	102	-	(23)	79
Máquinas e equipamentos	10%	8	20	(5)	23
Móveis e utensílios	10%	-	6	-	6
Veículos	20%	40	-	(8)	32
Equipamentos de informática	20%	85	-	(23)	62
Equipamentos de comunicação	20%	4	-	(2)	2
		7.170	26	(396)	6.800

6 Intangível

Controladora e Consolidado				
	2020	Adições	Amortização	2021
	Saldo final			Saldo final
Movimentação do custo				
Direito de uso do software	468	-	-	468
Movimentação da amortização				
Direito de uso de software	(462)	-	(4)	(466)
Saldo líquido	6	-	(4)	2

	Controladora e Consolidado			
	2019	2020		2020
	Saldo final	Adições	Amortização	Saldo final
Movimentação do custo				
Direito de uso de <i>software</i>	462	6	-	468
Movimentação da amortização				
Direito de uso de <i>software</i>	(459)	-	(3)	(462)
Saldo líquido	3	6	(3)	6

7 Encargos sociais e trabalhistas

Encargos sociais e trabalhista são passivos incidentes sobre folha de pagamento, que devem ser recolhidos e quitadas no vencimento

	2021	2020
INSS	847	337
FGTS	13	12
	860	349

8 Obrigações Tributária

São registrados neste grupamento os tributos a recolher referentes aos serviços de terceiros, como imposto de renda, contribuições sociais e imposto sobre serviço.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Imposto de renda	20	18
Contribuições sociais	259	337
Imposto sobre serviço	4	1
	283	356

9 Obrigações com projetos incentivados

Essas obrigações são representadas por recursos financeiros (parciais ou totais) já recebidos em conexão com projetos a serem executados. A baixa do passivo ocorre mensalmente tendo como contrapartida a conta de receita de projetos na proporção em que são empregados os recursos recebidos na execução dos projetos. A composição por projeto é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Air France (i)	-	38
ManaMano (ii)	-	9
Criança Esperança (iii)	47	54
	47	101

(i) Patrocinador Air France

Projeto " Conectados (adolescente)". Durante o exercício de 2021 não houve captação (2020 - R\$42), e realização de R\$38 (2020 - R\$4), resultando em 31 de dezembro de 2021 um saldo zerado (2020 – R\$38).

- (ii) Patrocinador Diversos
Projeto " ManaMano (empreendedorismo) ". Durante o exercício de 2021 houve captação R\$78 (2020 - R\$22), e realização de R\$87 (2020 - R\$13), resultando em 31 de dezembro de 2021 um saldo zerado (2020 - R\$9).
- (iii) Patrocinador Criança Esperança
Projeto “Cuidados Integrais com Mães e Filhos na Primeira Infância”. Durante o exercício de 2021 houve captação R\$215(2020 - R\$54), e realização de R\$222, havendo em 31 de dezembro de 2021 um saldo de R\$47(2020 – R\$54).
- (iv) Patrocinador DKT
Projeto "Aconchego (Assistência Social)", durante o exercício de 2021 houve captação de R\$ 22 (2020 - R\$33), e realização de R\$ 22 (2020 - R\$33), resultando em 31 de dezembro de 2021 um saldo zerado (2020 – saldo zerado).

10 Contingências

A Associação ajuizou uma ação ordinária nº 0215732-72.2017.4.02.5101 na 10º Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro a fim de obter o reconhecimento de direito à imunidade tributária prevista no artigo 150, VI, “c” da CF/88, em face da União Federal, uma vez preenchidos os requisitos de lei complementar, no caso artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o que possibilitará a Entidade usufruir da isenção da conta patronal do INSS, que foi cessado pelo indeferimento do processo de renovação do Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - MDS (CEBAS), com efeito a partir da publicação em Diário Oficial da União (D.O.U.) do Parecer 047479/2017 na Portaria nº 185/2017 em 06 de novembro de 2017. A partir de julho de 2019 a Associação com base em orientação de seus assessores jurídicos efetuou depósito judicial da parcela a qual teria imunidade e aguarda decisão judicial quanto a ação. Em 2021, a União se manifestou a favor do prosseguimento da ação e a perita responsável aguarda envio do processo integral para início dos trabalhos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos a Administração da Associação concluiu que não há litígios ou reivindicações contra a Associação em 31 de dezembro de 2021 bem como de qualquer outro fato que requeiram o reconhecimento de provisões.

11 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial proveniente da dotação inicial de seus instituidores, acrescido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.

O superávit/déficit do exercício é incorporado ao patrimônio social durante o exercício seguinte, após aprovação do Conselho Fiscal em conformidade com o seu Estatuto Social na AGO 29/03/2021(R\$2.958 - 2020) e AGO 26/05/2022 (R\$850 - 2021).

As rendas geradas pelo Instituto Dara são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota 1.

Em caso de extinção da Associação, que se dará somente com aprovação de dois terços dos membros da Assembleia Geral, os bens patrimoniais serão destinados a outra Associação sem fins lucrativos e de natureza semelhante, registrada no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, sob aprovação do Ministério Público.

12 Receitas

A Associação desenvolve projetos assistenciais procurando atender à comunidade. Os gastos e as despesas relacionados a esses projetos para os exercícios de 2021 e 2020, bem como a receita-base, estão assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Receita de doações		
Receita de doações pessoa física e pessoa jurídica	5.949	6.800
Receita de trabalho voluntário	358	588
Vendas de mercadorias	-	88
	<u>6.307</u>	<u>7.476</u>
Receitas de doações para programas e projetos		
Fundo ManaMano	26	13
Air France	27	4
DKT	32	33
Criança Esperança	124	-
Instituto PHI	-	381
	<u>209</u>	<u>431</u>
Total de receita de projetos incentivados	<u>209</u>	<u>431</u>
Outras receitas	<u>10</u>	<u>206</u>
Total de receitas operacionais	<u>6.526</u>	<u>8.113</u>

13 Custos assistenciais

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Custo com pessoal - assistencial	1.317	1.276
Encargos com pessoas - assistencial	301	243
Custo com serviços públicos e ocupação - assistencial	10	33
Remédios - famílias	278	393
Leites especiais - famílias	209	189
Alimentação - famílias	606	553
Instrumentos e insumos médicos - famílias	64	68
Internet - famílias	23	3
Doação de instrumentos de trabalho - famílias	16	13
Curso e treinamentos - famílias	34	10
Moradia - manutenção, reparos e aluguéis - famílias	24	104
Transportes - famílias	59	26
Doações a famílias	80	40
Custos gerais - assistencial	289	414
Serviços profissionais - assistencial	42	14
Material para cursos - famílias	4	1
Exames médicos - famílias	11	7
Custos com comunicação - assistencial	12	17
	<u>3.379</u>	<u>3.404</u>
Custos assistenciais/gratuidades - atendimento	<u>3.379</u>	<u>3.404</u>
Repasses de projetos para entidades congêneres	-	1
Custo com pessoal - replicação	91	148
Encargos com pessoal - replicação	28	53
Custos gerais de replicação	<u>166</u>	<u>123</u>

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Custos assistenciais - replicação (*)	286	325
Custos institucionais	668	505
Custos assistenciais	4.332	4.234
Custos Anzol	-	306
Custos de transformação	-	306
Total	4.332	4.540

(*) Os custos com replicação referem-se aos gastos com atividades de assessoramento dos programas desenvolvidos pela associação, em conformidade com a Resolução nº 27/2011, com a finalidade de reproduzir, sistematizar e disseminar em Entidades ligadas a mesma metodologia e forma de atuação consagradas pela Associação.

A Administração da Associação entende que os recursos alocados às atividades estão adequados e atendem às exigências da Lei nº 12.101/09. A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação, está vinculada às prestações futuras de contas com o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

14 Despesas gerais e administrativas e outras.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de pessoal	471	594	471	594
Despesas gerais e administrativas	504	660	504	660
Despesas com trabalhos voluntários	4	44	4	44
	979	1.298	979	1.298
Despesas com serviços prestados	489	423	489	423
	1.468	1.721	1.468	1.721

15 Resultado financeiro líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	152	29	152	29
Aplicações financeiras - FMI	42	59	42	59
Outras receitas financeiras	785	2.511	785	2.595
	979	2.599	979	2.683
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(21)	(37)	(21)	(37)
Outras despesas	(44)	(60)	(44)	(144)
Perdas com Investimento FMI (*)	(790)	(1.324)	(790)	(1.324)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras	(855)	(1.421)	(855)	(1.505)
	124	1.268	124	1.268

(*) As perdas com investimentos em 2020 geradas pela desvalorização de certos títulos e valores mobiliários, teve como motivação a necessidade de liquidez para resgate, levando a negociação no mercado secundário de títulos com vencimento futuro à taxa inferiores as contratadas, pois coincidiu com meses afetados pela recessão global do COVID-19. Embora a introdução de vacinas e progressiva volta da normalidade tenha reduzido as perdas no exercício de 2021, os efeitos supracitados no período anterior ainda causam efeito no exercício vigente.

16 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

A Associação possui coberturas de seguros como segue:

a. Imóvel - Rua das Palmeiras, 65, Rio de Janeiro - RJ

Eventos: incêndio, explosões e fumaça de qualquer natureza - R\$2.000, roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias - R\$80, danos elétricos - R\$30, vendaval - R\$30.

b. Imóvel - Rua Jardim Botânico, 86, Rio de Janeiro - RJ

Eventos: incêndio, raios e explosões de qualquer natureza - R\$605, danos elétricos - R\$20, vendaval - R\$10.

c. Veículos

Volkswagen Gol (2020/2019) – R\$50, colisão, roubo e incêndio

17 Outras informações

a. Imóvel sede

A Associação mudou sua sede em 03 outubro de 2016 para Rua das Palmeiras, 65, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, instalada em um edifício próprio adquirido em 06 de setembro de 2013 que estava em processo de modernização. Este imóvel é parte do acervo cultural histórico da cidade do Rio de Janeiro, cabendo à Associação a sua conservação, segundo especificações e diretrizes que venham a ser estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e ainda sujeito às normas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Dessa forma, todas as despesas com conservação do imóvel são registradas em contrapartida de resultado.

b. Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social

O Conselho Nacional de Assistência Social atestou em 16 de agosto de 1995 que a Associação Saúde Criança Renascer está registrada naquele órgão conforme Resolução nº 83/95 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 1995, baseada no julgamento do processo nº 28990.014753/1994-60.

Em 27 de agosto de 2014, o Conselho Nacional de Assistência Social, concedeu à Associação o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, prazo de validade de 18 de março de 2010 a 17 de março de 2015. A Associação protocolou tempestivamente o requerimento de renovação desta certificação em 13 de março de 2015, sendo comunicada do indeferimento do processo administrativo em 30 de outubro de 2017, com efeito a partir da publicação em Diário Oficial da União. Conforme descrito na Nota 10, a Entidade ajuizou uma ação ordinária a fim de obter o reconhecimento de direito à imunidade tributária.

c. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2020 e 2021.

18 Instrumentos financeiros Análise de Sensibilidade

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Associação. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Instituto Dara.

As políticas de gerenciamento de risco da Associação foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Associação está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

A Administração supervisiona e monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de risco da Associação e revisa a estrutura de risco determinada.

	2021		2021	
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.703	3.703	3.705	3.705
Títulos e valores mobiliários	15.567	15.567	15.566	15.566
Passivos mensurados ao valor justo por meio dos resultados				
Fornecedores	141	141	142	142
Obrigações com projetos incentivados	47	47	47	47
	2020		2020	
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	2.898	2.898	2.904	2.904
Títulos e valores mobiliários	15.570	15.570	15.575	15.575
Passivos mensurados ao valor justo por meio dos resultados				
Fornecedores	77	77	88	88
Obrigações com projetos incentivados	101	101	101	101

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- **Nível 2** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se no nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Historicamente, a Associação não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Associação possui exposição com relação às variações dos índices pós fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base em 29 de abril de 2022, indicavam:

	Taxa efetiva verificada em 2021	Taxa efetiva estimada para 2022
CDI	4,00%	13,25%
IGP-M	8,98%	12,22%

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, a seu valor de mercado.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.